

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 21

Governador de estado que pretenda nomear um escrivão de polícia para ocupar cargo de confiança deverá fazê-lo por

- A decreto.
- B homologação.
- C circular.
- D alvará.
- E resolução.

QUESTÃO 22

A conduta do agente público que busca o melhor desempenho possível, com a finalidade de obter o melhor resultado, atende ao princípio da

- A eficiência.
- B legalidade.
- C impessoalidade.
- D moralidade.
- E publicidade.

QUESTÃO 23

A administração pública detém determinados poderes, a partir dos quais busca satisfazer o interesse público, que se sobrepõe ao interesse privado. Nesse sentido, o poder de cada ente administrativo de apurar infrações e aplicar penalidades a servidores públicos consiste no poder

- A disciplinar.
- B vinculado.
- C discricionário.
- D hierárquico.
- E regulamentar.

QUESTÃO 24

De acordo com a Lei de Improbidade — Lei n.º 8.429/1992 —, o servidor público que comprovadamente tiver causado lesão ao patrimônio público estará sujeito

- A a detenção de cinco a oito anos.
- B à perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio.
- C ao ressarcimento correspondente ao dobro do valor integral do dano.
- D ao pagamento de multa civil em valor igual ao do acréscimo patrimonial.
- E a suspensão dos direitos políticos por dez anos.

QUESTÃO 25

De acordo com o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado do Maranhão — Lei n.º 6.107/1994 —, se um servidor for demitido do serviço público, mas obtiver, pela via judicial, a invalidação de sua demissão, a forma de provimento a que terá de ser submetido esse servidor será a

- A reversão.
- B recondução.
- C remoção.
- D readaptação.
- E reintegração.

QUESTÃO 26

João, policial civil, estava de férias quando se envolveu em uma discussão de trânsito, utilizou-se de sua arma funcional e, sem real motivo, feriu Manoel.

Nessa situação hipotética,

- A não se configurou responsabilidade civil do Estado, pois o fato ocorreu enquanto João estava de férias.
- B caracterizou-se a responsabilidade civil objetiva do Estado, pois foram provados a conduta, o dano e o nexo de causalidade.
- C configurou-se a responsabilidade civil objetiva do Estado, porque João utilizou arma funcional para a prática da conduta.
- D caracterizou-se a responsabilidade civil objetiva do Estado, pois autoridades policiais exercem suas funções como agentes do Estado a qualquer tempo.
- E não se configurou responsabilidade civil do Estado, devendo o dolo ser comprovado em decorrência da responsabilidade subjetiva de João.

QUESTÃO 27

Durante o período de estágio probatório de um escrivão da Polícia Civil do Estado do Maranhão, constatou-se que esse servidor não possuía equilíbrio emocional para exercer as funções inerentes ao cargo.

Nessa situação hipotética, de acordo com o Estatuto da Polícia Civil do Estado do Maranhão — Lei n.º 8.508/2006 —, o escrivão deverá ser

- A advertido.
- B demitido.
- C repreendido.
- D exonerado.
- E removido.

QUESTÃO 28

A revisão, de ofício, pela administração pública, de decisões sancionatórias aplicadas a servidor público por meio de regular processo administrativo é

- A vedada, em razão da necessidade de provocação do servidor público.
- B permitida, ainda que tenha ocorrido a preclusão administrativa, em razão do princípio da autotutela.
- C permitida, em decorrência do princípio da oficialidade.
- D permitida apenas se as alegações da revisão coincidirem com as suscitadas pela parte no decorrer do processo.
- E vedada, em obediência ao princípio da economia processual.

QUESTÃO 29

A segurança pública é uma forma de serviço público de natureza

- A geral.
- B administrativa.
- C descentralizada.
- D não exclusiva.
- E individual.

QUESTÃO 30

O preenchimento de cargos públicos mediante concurso público, por privilegiar a isonomia entre os concorrentes, constitui expressão do princípio constitucional fundamental

- A federativo.
- B da eficiência.
- C da separação de poderes.
- D do valor social do trabalho.
- E republicano.

QUESTÃO 31

O art. 5.º, inciso XIII, da Constituição Federal de 1988 (CF) assegura ser livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer. Com base nisso, o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil estabelece que, para exercer a advocacia, é necessária a aprovação no exame de ordem. A norma constitucional mencionada, portanto, é de eficácia

- A contida.
- B programática.
- C plena.
- D limitada.
- E diferida.

QUESTÃO 32

Um condenado faleceu e deixou como herança R\$ 30.000 para seu filho, seu único herdeiro. Contudo, a sentença criminal pela qual o falecido foi condenado, além de determinar a pena privativa de liberdade, cumprida parcialmente em razão da morte, determinava a reparação do dano causado, no valor de R\$ 50.000.

Nessa situação hipotética, a obrigação de reparar o dano poderá ser

- A estendida ao herdeiro, que deverá saldá-la até o limite do patrimônio transferido.
- B extinta, pois se trata de pena personalíssima e intransferível.
- C executada contra o herdeiro pelo valor integral previsto na sentença, se ficar provado que ele renunciou à herança para fraudar credores.
- D anulada, bem como extinta a pena privativa de liberdade.
- E transferida ao herdeiro, que deverá saldá-la no valor integral previsto na sentença de condenação de seu pai.

QUESTÃO 33

A CF, em seu art. 144, apresenta o rol dos órgãos encarregados da segurança pública. Esse rol é

- A taxativo para a União e inaplicável aos estados e ao Distrito Federal.
- B taxativo para a União e exemplificativo para os estados e o Distrito Federal.
- C exemplificativo para a União e taxativo para os estados e para o Distrito Federal.
- D taxativo para a União, para os estados e para o Distrito Federal.
- E exemplificativo para a União, para os estados e para o Distrito Federal.

QUESTÃO 34

As polícias civis estaduais subordinam-se aos

- A governadores, diferentemente dos corpos de bombeiros militares, que são auxiliares e reserva do Exército.
- B diretores das respectivas corporações, e não aos governadores.
- C governadores, assim como as polícias militares e os corpos de bombeiros.
- D governadores, diferentemente da Polícia Civil do Distrito Federal, que é organizada e mantida pela União, à qual é subordinada.
- E governadores, diferentemente das polícias militares, que são auxiliares e reserva do Exército.

QUESTÃO 35

A instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, à qual incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis é o(a)

- A advocacia pública.
- B Conselho Nacional de Justiça.
- C polícia judiciária.
- D Defensoria Pública.
- E Ministério Público.

QUESTÃO 36

De acordo com a CF, as funções de confiança

- A devem ser preenchidas exclusivamente por servidores estáveis e ocupantes de cargo efetivo.
- B destinam-se a atribuições de coordenação que demandem relação de confiança pessoal.
- C devem ser preenchidas por servidores de carreira nos percentuais mínimos previstos em lei.
- D podem ser preenchidas indistintamente por servidores ou não servidores, e seus ocupantes são demissíveis *ad nutum*.
- E destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

QUESTÃO 37

O *habeas corpus* pode ser impetrado por

- A condenado a pena de multa, caso ele considere exorbitante o valor desta.
- B militar, contra punição disciplinar imposta sem motivação.
- C pessoa física, para impugnar determinação de suspensão de direitos políticos.
- D estrangeiro, mas sempre em português.
- E pessoa jurídica, em seu favor, quando ela for acusada de crime ambiental.

QUESTÃO 38

O Código Penal estabelece como hipótese de qualificação do homicídio o cometimento do ato com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum. Esse dispositivo legal é exemplo de interpretação

- A analógica.
- B teleológica.
- C restritiva.
- D progressiva.
- E autêntica.

QUESTÃO 39

A aplicação do princípio da retroatividade benéfica da lei penal ocorre quando, ao tempo da conduta, o fato é

- A típico e lei posterior suprime o tipo penal.
- B típico e lei posterior provoca a migração do conteúdo criminoso para outro tipo penal.
- C típico e lei posterior aumenta a pena correspondente ao crime.
- D típico e lei posterior acrescenta hipótese de aumento de pena.
- E atípico e lei posterior o torna típico.

QUESTÃO 40

Com relação ao crime de estupro, considera-se vulnerável a vítima

- A que morre em consequência da violência sexual.
- B que pratica o ato sexual mediante fraude ou dissimulação.
- C mentalmente enferma, sem discernimento para o ato sexual.
- D com quatorze anos de idade completos.
- E com até dezoito anos de idade.

QUESTÃO 41

Adão, alegando ter poder de persuasão sobre seu primo, delegado de polícia que presidia inquérito policial em que Cláudio estava sendo investigado, solicitou deste determinada quantia de dinheiro, a pretexto de repassá-la ao delegado, para impedir o indiciamento de Cláudio pela prática de estupro.

Nessa situação hipotética, a conduta de Adão configurou o crime de

- A corrupção passiva privilegiada.
- B advocacia administrativa.
- C tráfico de influência.
- D exploração de prestígio.
- E corrupção passiva.

QUESTÃO 42

A imputabilidade é definida como

- A a capacidade mental, inerente ao ser humano, de, ao tempo da ação ou da omissão, entender o caráter ilícito do fato e de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- B a contrariedade entre o fato típico praticado por alguém e o ordenamento jurídico, capaz de lesionar ou expor a perigo de lesão bens jurídicos penalmente protegidos.
- C a reprovabilidade ou o juízo de censura que incide sobre a formação e a exteriorização da vontade do responsável pela conduta criminosa.
- D a obediência às formas e aos procedimentos exigidos na criação da lei penal e, principalmente, na elaboração de seu conteúdo normativo.
- E a necessidade de que a conduta reprovável se encaixe no modelo descrito na lei penal vigente no momento da ação ou da omissão.

QUESTÃO 43

Por estar com problemas financeiros, Lara convidou um colega para subtrair bens do patrimônio de Jair. O colega aceitou o convite e o ilícito foi cometido.

Nessa situação, haverá isenção de pena se

- A Jair for genitor de Lara, ainda que não tenha reconhecido formalmente a paternidade.
- B Jair for avô de Lara e tiver idade superior a sessenta anos.
- C Lara for mãe dos filhos de Jair, mesmo que ambos estejam divorciados.
- D o crime tiver sido praticado sem violência física, mesmo que sob grave ameaça.
- E o colega dela não tiver vínculo familiar com Jair, ainda que saiba da existência de parentesco entre este e aquela.

QUESTÃO 44

Rui e Lino, irmãos, combinaram a prática de furto a uma loja. Depois de subtraídos os bens, Pedro, pai de Rui e de Lino, foi procurado e permitiu, em benefício dos filhos, a ocultação dos objetos furtados em sua residência por algum tempo, porque eles estavam sendo investigados.

Nessa situação hipotética, a conduta de Pedro configura

- A receptação.
- B favorecimento real.
- C favorecimento pessoal.
- D hipótese de isenção de pena.
- E furto.

QUESTÃO 45

Pune-se a tentativa no crime de

- A omissão de socorro.
- B injúria cometida verbalmente.
- C induzimento a suicídio sem resultado lesivo.
- D lesão corporal leve dolosa.
- E homicídio culposo.

QUESTÃO 46

Determinado policial, ao cumprir um mandado de prisão, teve de usar a força física para conter o acusado. Após a concretização do ato, o policial continuou a ser fisicamente agressivo, mesmo não havendo a necessidade.

Nessa situação hipotética, o policial

- A excedeu o estrito cumprimento do dever legal.
- B abusou do exercício regular de direito.
- C prevaleceu-se de condição excludente de ilicitude.
- D agiu sob o estado de necessidade.
- E manifestou conduta típica de legítima defesa.

QUESTÃO 47

Em relação à aplicação da lei processual penal, é correto afirmar que a lei

- A** nova será aplicada sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.
- B** processual penal não admitirá aplicação analógica.
- C** processual penal não se sujeitará a tratados, convenções ou regras de direito internacional.
- D** nova e mais gravosa ao réu terá aplicação imediata somente para os novos processos que se tiverem iniciado depois de sua promulgação.
- E** nova será aplicada aos fatos pretéritos que eram regulados pela lei revogada.

Texto 1A2AAA

Em determinada comarca de um estado da Federação, em razão de uma denúncia anônima e após a realização de diligências, a polícia civil prendeu Maria, de dezoito anos de idade, que supostamente traficava maconha em uma praça nas proximidades da escola pública onde ela estudava. Levada à delegacia de polícia local, Maria foi autuada e indiciada. Depois de reunidos elementos informativos suficientes, o delegado elaborou um relatório com a descrição dos fatos, apontando os indícios de autoria. Com o encerramento das investigações, o inquérito policial foi encaminhado à autoridade competente.

QUESTÃO 48

Com relação à situação hipotética descrita no texto 1A2AAA, assinale a opção correta.

- A** O prazo para a conclusão do inquérito policial não poderá ser superior a dez dias.
- B** A duplicação do prazo para o encerramento do inquérito policial poderá ser requerida apenas pelo Ministério Público, por ser ele o titular da ação penal.
- C** No relatório encaminhado ao titular da ação penal, a autoridade policial não era obrigada a justificar as razões da classificação do delito.
- D** O inquérito policial poderia ter sido instaurado em razão de notícia anônima, desde que tivessem ocorrido investigações preliminares para averiguação dos fatos noticiados.
- E** Será necessário nomear curador especial para Maria, em razão da natureza hedionda do delito por ela cometido.

QUESTÃO 49

Considere que os seguintes fatos sejam adicionais à situação hipotética descrita no texto 1A2AAA.

Entre as várias diligências realizadas envolvendo Maria, que redundaram em sua prisão por tráfico de maconha, a autoridade policial cogitou obter autorização para quebra de seu sigilo de comunicação telefônica como meio de prova na investigação criminal.

Considerando-se a situação hipotética descrita no texto 1A2AAA e as informações adicionais anteriormente apresentadas, é correto afirmar, com relação à interceptação telefônica no inquérito policial, que

- A** somente a autoridade policial poderá requerer a interceptação telefônica de Maria na fase do inquérito policial.
- B** as gravações que não interessarem ao caso terão de ser inutilizadas por determinação da autoridade policial.
- C** o material colhido na interceptação, caso seja autorizada, terá de ser autuado em apartado e apensado de forma sigilosa ao inquérito policial, anteriormente ao relatório da autoridade policial.
- D** será prescindível cláusula de reserva jurisdicional para sua autorização, porque o delito cometido é de natureza hedionda.
- E** será viável a sua realização na investigação do crime hediondo, mesmo que fossem incertos os indícios de autoria.

QUESTÃO 50

Considere, ainda, que as seguintes informações sejam adicionais à situação hipotética descrita no texto 1A2AAA.

Maria foi submetida a prisão preventiva pela suposta prática de tráfico de maconha, cuja pena prevista é de cinco a quinze anos de reclusão. Em atenção a determinação legal, tal prisão foi comunicada ao órgão da Defensoria Pública que atua na seara criminal local e, após isso, um defensor público requereu a liberdade provisória de Maria à autoridade judicial.

Nessa situação hipotética, a liberdade provisória

- A** é cabível, por se tratar de tráfico de droga ilícita.
- B** só poderá ser concedida mediante o pagamento de fiança.
- C** é incabível, pois constitui instituto que se restringe à prisão temporária e à prisão em flagrante, deixando de parte a prisão preventiva.
- D** é incabível, pois há indícios de autoria e da materialidade do fato delituoso.
- E** poderá ser concedida pela autoridade policial mediante o pagamento de fiança.

QUESTÃO 51

Considere que os seguintes fatos sejam adicionais à situação hipotética descrita no texto 1A2AAA.

Preso preventivamente, Maria teve pedido de liberdade provisória indeferido pelo juiz da comarca, sob o fundamento de que ela havia confessado o delito no interrogatório policial e de que a pena do crime, abstratamente considerada, é superior a quatro anos de reclusão. Cientificado pessoalmente da decisão, o defensor público impetrou *habeas corpus* no tribunal de justiça.

Nesse caso, o *habeas corpus*

- A** reparará a violação ao direito de ir e vir de Maria, direito esse de responsabilidade da autoridade policial que não arbitrou fiança, o que configura coação ilegal, visto que a paciente foi mantida presa por tempo superior ao permitido.
- B** é inadmissível, devendo ser indeferido de plano, porque Maria confessou o delito.
- C** poderá ser acolhido, visto que a fundamentação apresentada para negar o pedido de liberdade provisória foi insuficiente por não tratar dos requisitos legais para a manutenção da prisão preventiva.
- D** constitui pretensão de natureza constitutiva, com vistas à concessão de salvo conduto.
- E** constitui ação autônoma de natureza constitucional, razão por que tem por princípios a celeridade, a formalidade e a gratuidade.

QUESTÃO 52

Assinale a opção correta relativamente ao direito de representação como condição de procedibilidade da ação penal.

- A** O direito penal restringe-se ao trato da responsabilidade subjetiva, razão por que as pessoas jurídicas estão impedidas de representar.
- B** O requerimento de requisição do ofendido ou de seu representante legal deve conter a assinatura e a narrativa do fato de cada testemunha.
- C** O Ministério Público não pode dispensar a instauração do inquérito policial nas ações penais condicionadas a representação.
- D** É necessária a classificação jurídica do fato delituoso na representação do ofendido.
- E** A representação deve conter todas as informações para a apuração do fato delituoso, permitindo a lei que estas possam ser apresentadas oralmente à autoridade policial.

QUESTÃO 53

De acordo com as regras para a fixação da competência no âmbito penal, assinale a opção correta.

- A** A competência será definida por conexão, quando duas ou mais pessoas forem acusadas da prática de um mesmo fato delituoso.
- B** Não se aplicam as regras de competência aos crimes cometidos fora do território brasileiro.
- C** A competência será definida pelo domicílio ou pela residência da vítima, quando a execução do crime iniciar-se, mas este não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.
- D** Sempre que, no inquérito policial, não se conseguir determinar o local do fato delituoso, a competência será fixada pelo domicílio ou pela residência do réu.
- E** No caso de crime consumado, a competência será fixada após a descoberta do paradeiro do réu.

QUESTÃO 54

A prisão preventiva poderá ser decretada

- A** quando os indícios de autoria e prova da materialidade forem insuficientes para assegurar a aplicação da lei penal.
- B** nos crimes de violência doméstica e familiar contra o idoso, para assegurar a execução de medidas protetivas de urgência.
- C** em qualquer fase do inquérito policial, mediante ato da autoridade policial.
- D** quando o agente for reincidente específico, por sentença transitada em julgado, em crime culposo, dentro do período depurador.
- E** nos crimes dolosos punidos com pena máxima inferior a quatro anos.

QUESTÃO 55

A disposição constitucional que assegura ao preso o direito ao silêncio consubstancia o princípio da

- A** inexigibilidade de autoincriminação.
- B** verdade real.
- C** indisponibilidade.
- D** oralidade.
- E** cooperação processual.

QUESTÃO 56

Configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão que, baseada no gênero, lhe cause sofrimento físico e que ocorra

- A** dentro da residência da vítima, desde que o agressor seja do sexo masculino.
- B** em relação íntima de afeto, somente se o agressor ainda conviver com a vítima.
- C** em relação íntima de afeto, independentemente da coabitação dos envolvidos.
- D** no âmbito da unidade doméstica, desde que o agressor seja pessoa da família.
- E** no âmbito da família, salvo se o agressor não possuir laços naturais com a vítima.

QUESTÃO 57

Conforme a legislação pertinente, considera-se crime hediondo

- A** o favorecimento da exploração sexual de pessoas adultas.
- B** o estupro de vulnerável tentado.
- C** a lesão corporal dolosa de natureza grave.
- D** o sequestro.
- E** a extorsão simples.

QUESTÃO 58

Caracteriza infração de trânsito grave a conduta de

- A** praticar ao volante manobra perigosa mediante arrancada brusca.
- B** deixar o condutor ou o passageiro de usar o cinto de segurança.
- C** deixar o condutor envolvido em acidente com vítima de identificar-se a autoridade policial que se apresentar no local.
- D** ter o condutor seu veículo imobilizado na via por falta de combustível.
- E** dirigir veículo com a carteira nacional de habilitação vencida há mais de trinta dias.

QUESTÃO 59

Indivíduo não reincidente que semeie, para consumo pessoal, plantas destinadas à preparação de pequena quantidade de produto capaz de causar dependência psíquica se sujeita à penalidade imediata de

- A** perda de bens e valores.
- B** medida educativa de internação em unidade de tratamento.
- C** advertência sobre os efeitos das drogas.
- D** admoestação verbal pelo juiz.
- E** prestação pecuniária.

QUESTÃO 60

Determinada conduta configurará organização criminosa somente se

- A** o objetivo exclusivo dos agentes for o de obter vantagem de natureza patrimonial.
- B** a associação for ordenada para a prática da infração, ainda que inexista a divisão de tarefas entre os agentes.
- C** os agentes cometerem infrações sujeitas a pena de reclusão.
- D** houver escalonamento hierárquico entre os agentes.
- E** estiverem associadas, no mínimo, três pessoas.

Espaço livre